

DOCÊNCIA EM HISTÓRIA NA EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/RS:

ESTUDO REALIZADO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO DOCENTE DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA E A SUA RELAÇÃO COM A MODALIDADE DE ENSINO EJA

Vanessa Silveira Fagundes Rodrigues¹

Estudar é um dever revolucionário (Paulo Freire).

RESUMO

O presente artigo resulta de uma pesquisa com abordagem qualitativa, no campo da didática, com foco investigativo na docência em História na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Observa e analisa os pressupostos pedagógicos e historiográficos do educador, por intermédio de enquete respondida online, por professores/as que atuam em três municípios do Rio Grande do Sul. Com esta análise, busca-se compreender melhor a dinâmica da docência em História experimentada em turmas da EJA do ensino fundamental, considerando as reflexões apontadas pelos/as professores/as sobre o desenvolvimento da disciplina, a interação social entre estudantes e professor/a e questões apresentadas pelos/as colaboradores/as sobre as singularidades do dia a dia escolar na EJA, tais como a juvenilização dos estudantes e a situação do aluno trabalhador. Observa-se o contexto social que atravessa o ambiente escolar, potencializando temáticas do ensino de história que dialogam com o cotidiano vivenciado pelas comunidades escolares. Ressalta-se a importância de estudos relacionados ao campo docente da História em conjunto com a Educação de Jovens e Adultos, possibilitando uma amplitude no campo científico da Educação.

Palavras-chave: Docência em História. Educação de Jovens e Adultos. Professor/a.

ABSTRACT

This article is the result of a research with a qualitative approach, in the field of didactics, with an investigative focus on teaching History in the Youth and Adult Education (EJA) modality. It observes and analyzes the pedagogical and historiographical assumptions of the educator, through an online survey answered by teachers who work in three municipalities in Rio Grande do Sul. With this analysis, we seek to better understand the dynamics of History

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo de periódico apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História. Orientador (a): Prof (a). Dr (a). Carla Beatriz Meinerz.

teaching experienced in elementary school EJA classes, considering the reflections pointed out by the teachers on the development of the discipline, the social interaction between students and teacher and questions presented by the collaborators about the singularities of the school day at EJA, such as the juvenilization of students and the situation of the working student. The social context that crosses the school environment is observed, enhancing themes of history teaching that dialogue with the daily life experienced by school communities. The importance of studies related to the teaching field of History together with the Education of Young People and Adults is highlighted, allowing for a breadth in the scientific field of Education.

Keywords: Teaching in History. Youth and Adult Education. Teacher.

1 INTRODUÇÃO

A motivação da presente pesquisa vem do interesse em discutir mais amplamente a docência em História, com o enfoque na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), com uma análise intencional sobre as conjecturas levantadas pelos docentes da área e como se desenvolvem as relações interpessoais entre professor/a e aluno/a. Esse tema surge a partir da experiência vivenciada por mim, no estágio curricular obrigatório, realizado em uma escola pública da educação básica, com duas turmas do ensino fundamental, na modalidade EJA, no ano 2019, supervisionada pelo professor da área de ensino de História da Faculdade de Educação (FACED), como etapa principal do processo de formação na licenciatura em História.

Quando realizei o estágio na EJA, pude perceber a complexidade das turmas, com o 6º e o 7º anos juntos na mesma sala de aula, com uma faixa etária que variava dos 15 anos até os 50 anos de idade, com um número relevante de jovens e adultos que trabalhavam, alto índice de evasão escolar e alguns casos de alunos com laudo médico indicando processos de inclusão. Se pensarmos no ensino de História como uma experiência que extrapola a sala de aula, essas conjunturas se tornam parte orgânica do cotidiano escolar e do que pode ser estudado. Na luta por superar a tradição conteudista do ensino e construímos uma docência comprometida com a emancipação por meio do conhecimento, fundada na escola como instituição com papel social na formação humana e cidadã. Conhecimento histórico e Educação trilham caminhos inseparáveis nessa concepção, que se embasa na seguinte assertiva: “Os professores contribuem com seus saberes, seus valores, suas experiências nessa

complexa tarefa de melhorar a qualidade social da escolarização.” (SEVERINO; PIMENTA, 2008, p. 14).

O compromisso ético e freireano com a educação emancipatória capaz de transformar o mundo é o que motiva minha escrita e minhas indagações de pesquisa que se tornam o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História na forma de artigo científico.

A questão de pesquisa que surge desse compromisso e guia meu estudo centra-se na seguinte problematização: Como os/as professores/as de História compreendem as singularidades da experiência de docência desenvolvida, individual e coletivamente, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)? Os objetivos que se delinearão a partir dessa questão foram três: 1. Observar e compreender, por meio da enquete enviada aos/as professores/as, situações em que a docência de História atua como possibilidade de leitura social do mundo para a formação humana e cidadã; 2. Analisar a docência em História em seus compromissos legais articulados ao ensino das relações étnico-raciais, de gênero e direitos humanos, a partir do vínculo com as experiências dos/as estudantes da EJA; 3. Contribuir com os estudos na área da Educação e do Ensino de História na EJA, possibilitando ampliar o diálogo entre Escola e Universidade.

O artigo está organizado em duas partes: na primeira, realizo uma breve retomada da história da EJA no Brasil, vinculando-a com o atual perfil da modalidade e as conexões estabelecidas pelos/as colaboradores/as da pesquisa. Na segunda parte, apresento, de forma abrangente, os dados e os processos investigativos resultantes do estudo, assim como as especificidades do ensino de História na modalidade EJA.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada uma metodologia dentro da abordagem qualitativa nas ciências humanas, com o uso de enquete produzida pelo envio de questionário online para o correio eletrônico de professores/as de História. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo nas relações [...] (MINAYO, 2012, p. 21-22).

No meu estudo, busquei significados da docência em História na EJA e tentei ter uma amostragem com professores/as de três municípios distintos no Rio Grande do Sul. Considero

que a “entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo” (NETO, 2004, p. 57); porém, devido aos limites de tempo e à situação sanitária, optei por envio de questionários online. Ao pensar o questionário, buscava entender, de uma forma direcionada, como se dava a dinâmica de uma aula de História na EJA a partir da perspectiva do/a professor/a. O encontro com a EJA me despertou questionamentos já no estágio curricular obrigatório e, por isso, busquei focar minha análise nas situações observadas com relação à socialização professor/a e aluno/a e o desenvolvimento da disciplina na educação básica.

O questionário foi elaborado e enviado para dez professores/as que lecionam a disciplina de História na EJA. Foi utilizada como critério a escolha intencional das três cidades envolvidas: Porto Alegre, Cachoeirinha e Lajeado. Foi pensado o espaço geográfico e social no qual essas cidades estão inseridas, com o intuito de expandir a discussão para além de uma única região e observar públicos diferenciados da EJA. Porto Alegre, além de ser a capital do Estado do Rio Grande do Sul, apresenta uma realidade social/cultural de complexidade urbana e que pode trazer aspectos que dialogam com a realidade do/a aluno/a da EJA que vive numa cidade grande. A segunda cidade, Cachoeirinha, fica localizada na região metropolitana de Porto Alegre e sua proximidade com a capital pode gerar congruências significativas para este estudo. Por último, mas não menos importante para esta pesquisa, Lajeado, cidade que fica localizada no Vale do Taquari, a 114 km de distância de Porto Alegre, e é considerada uma das dez cidades com maior densidade populacional do estado do RS². Desse modo, poderia estabelecer um olhar mais exploratório com relação ao ensino de História na modalidade e também diversificar a rede educacional com informações mais descentralizadas.

Ao todo, foram cinco respostas obtidas, duas de Porto Alegre, duas de Cachoeirinha e uma de Lajeado. Um retorno de 50%, embora fosse esperado um número maior de respostas, mas esse silêncio também pode ser entendido como uma demonstração de questões mais profundas que fazem parte do que é ser um/a professor/a nos dias de hoje. Tais questões são relativas à sobrecarga, à precarização do trabalho docente, assim como à recente exaustão com as atividades online.

O questionário permitiu construir informações que possibilitaram compreender aspectos da docência, pois “através desse procedimento, podemos obter dados objetivos e subjetivos” (NETO, 2004, p. 57). De fato, foi possível observar nas respostas dos/as participantes as reflexões e suas análises interpretativas. Tais reflexões me remetem à

2 Dados do IBGE de 2020, população estimada de 85.033 habitantes, distribuídos em 91.591 km.

complexidade da cultura escolar, do experimentar a sala de aula e todos os atravessamentos da construção de uma comunidade educativa que envolve interações entre educador/educadora, estudantes e famílias.

A seguir, realizo uma breve retomada da história da EJA no Brasil, vinculando-a com o atual perfil da modalidade e as conexões estabelecidas pelos/as participantes da pesquisa.

2 EJA NO BRASIL: CONCEPÇÕES E DISPUTAS POR CIDADANIA A PARTIR DOS MOVIMENTOS POPULARES

Para Miguel Arroyo (2008), a Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem sua história muito atrelada aos movimentos populares das décadas de 1950 e 1960 do século XX, expressando lutas por cidadania que evidenciam a exclusão permanente de grupos com recorte de raça, gênero e classe. O que se percebe é que as dificuldades encontradas no público escolar daquela época, tais como desemprego, miséria, luta por moradia, ainda persistem na vida de jovens e adultos de grupos da sociedade brasileira do século XXI. O autor traz essa discussão justamente para que se perceba que a radicalização desse problema ainda permanece impactando a modalidade de ensino. Vejamos suas palavras:

Os olhares tão conflitivos sobre a condição social, política, cultural desses sujeitos têm condicionado as concepções diversas da educação que lhe é oferecida. Os lugares sociais a eles reservados – marginais, oprimidos, excluídos, empregáveis, miseráveis... – têm condicionado o lugar reservado a sua educação no conjunto das políticas oficiais [...] E uma modalidade do trato dado pelas elites aos adultos populares. (ARROYO, 2008, p. 221).

Essa reflexão é importante, pois, num modo geral, depositamos na educação a possibilidade de emancipação social, de adquirir conhecimento, e de que essa vivência seja tão significativa a ponto de construir um futuro melhor e ter uma vida com acesso à cidadania plena. Destaco que a análise do acesso à cidadania exige o tratamento e a consideração das condições básicas de desenvolvimento humano. No caso da EJA, a sincronia entre o acesso à cidadania do estudante e às condições básicas para o seu desenvolvimento integral ainda é um desafio que impacta a ação docente individual e a ação educativa institucional.

Assim, os próprios fins da modalidade de ensino se modificam, como observamos na afirmação de Kaefer (2009):

A educação de jovens e adultos, enquanto modalidade de educação popular, desafia os governos e suas propostas de políticas públicas, quando estabelece seu campo de atuação e da opção política pedagógica da não neutralidade. Reforçando para alguns governos a ideia de uma política compensatória no sentido de suprir a perda da escolarização na “idade adequada”, para outros pode ser um campo de reparação do direito negado. (KAEFER, 2009, p. 13).

Isso faz com que para a EJA sejam encaminhados os estudantes que a escola regular e a sociedade em geral não conseguem atingir em suas instâncias de cidadania, e não necessariamente se espera algo de quem está estudando nessa modalidade, até porque, muitas vezes o seu lugar já foi pré-definido de acordo com a sua classe social, interseccionada com seu gênero e raça. Paradoxalmente, essa mesma modalidade, inventivamente, consegue produzir propostas pedagógicas que, muitas vezes, rompem com a estrutura escolar clássica, para que se possa trabalhar com componentes que envolvam a compreensão da realidade social e cultural dos estudantes.

Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido*, redige um trecho que traz uma reflexão muito pertinente. Vejamos: “Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em ‘coisa’, em algo que é como se fosse inanimado.” (FREIRE, 1987, p. 30).

Essa citação de Paulo Freire reitera a afirmação de Miguel Arroyo (2008) sobre a questão da exclusão que permeia a EJA, e o desafio está muitas vezes na reafirmação daquela pessoa como um cidadão, pois a opressão, a marginalização que esse indivíduo sofre diariamente o faz desacreditar de seu potencial. São jovens e adultos oriundos de realidades pesadas, que lidam com preconceitos, exclusão social e que chegam ao ambiente escolar precisando de acolhimento.

Para Nicodemos (2013), o reconhecimento das especificidades na EJA sugere ao docente uma abordagem de construção de vínculo de interação socioafetiva mais contundente, como se observa na citação.

[...] busca-se na reafirmação do legado da educação popular, reconhecer a educação de jovens e adultos como uma etapa com suas especificidades, nomeando, em sua definição legal, pedagógica e política, os alunos trabalhadores não como educandos de uma etapa de ensino, mas como sujeitos que carregam em suas existências uma gama complexa de características sociais e culturais, que invadem cotidianamente as salas de aulas noturnas, desafiando os docentes a apurar o olhar, principalmente para além do conceito restrito de ensino. (NICODEMOS, 2013, p. 2).

Encontro nessa citação de Nicodemos palavras que definem muito bem questões da educação de jovens e adultos e que sugerem uma relação de mais vínculo do docente com o jovem estudante. Muitas vezes o lugar de escuta, oferecido pelo/a professor/a, é o ponto de partida para uma relação socioafetiva em sala de aula e que pode proporcionar um vínculo escolar mais saudável.

No processo de investigação que resulta no presente artigo, foi solicitado o compartilhamento, pelos participantes, de alguns projetos desenvolvidos nas escolas, especialmente para os alunos da Educação de Jovens e Adultos. O participante 2 relatou uma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), no campus Lajeado, onde é oferecido aos alunos um curso profissionalizante de Assistente Administrativo, afirmando que “é resultado de uma luta muito antiga em oferecer atividades profissionalizantes aos alunos.” (PARTICIPANTE 2). O que mostra o empenho da comunidade escolar em fornecer melhorias que contribuam para a formação desse estudante. Na escola do participante 3, foi adotada a modalidade EAD semipresencial, que é uma iniciativa para reduzir a evasão escolar. Essas realizações, que partem da própria instituição escolar, são estratégias pensadas especificamente para os alunos da EJA, levando em consideração suas demandas enquanto cidadãos, propiciando acesso e permanência no ambiente escolar.

Na parte a seguir, aprofundo a história da EJA articulada com as lutas das classes populares organizadas em movimentos sociais pelo acesso à alfabetização e à educação para jovens e adultos fora das modalidades regulares na escola básica.

2.1 UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A EJA NO BRASIL

A partir da colonização do território brasileiro (1500), começando pelos Jesuítas, houveram alguns movimentos esparsos com relação a educação de jovens e adultos no país. Mas efetivamente, sendo considerada a primeira iniciativa em relação à EJA no Brasil aconteceu no ano 1947, com o lançamento da Primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). E para Fávero e Freitas (2011, p. 4) “Demarca a institucionalização de educação de adultos [...]” Onde começa a se pensar à educação voltada também para esta parcela da sociedade.

Segundo Almeida e Corso (2015, p. 5), naquele período havia o objetivo de promover a “educação aos brasileiros iletrados das cidades e das zonas rurais e estimular o desenvolvimento social e econômico [...]”. A educação era compreendida como uma faceta para o desenvolvimento da sociedade pela qualificação da mão de obra, por exemplo. Na década de 1940, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 56,1% da população acima dos 15 anos de idade, o que configura mais da metade dos cidadãos brasileiros sem saber ler ou escrever. A ênfase à economia era como se fosse acoplada junto a essa modalidade de ensino, pois o que se observa em toda a caminhada estrutural da EJA é que a formação profissionalizante foi a principal finalidade dessa etapa da educação.

Em 1963, o educador Paulo Freire assumiu a elaboração do Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e pretendia, como base de suas ações, a transformação social da sociedade civil. Foi interrompido em 1964, com o Golpe Militar.

No período em que Paulo Freire ficou exilado no Chile, escreveu sobre a liberdade da educação e ressaltou a importância da palavra e da ação de cada indivíduo. Para o autor: “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo.” (FREIRE, 1987, p. 50).

Nessa citação, sabendo o contexto em que o livro foi escrito (Ditadura Civil-Militar³), Freire dialoga destacando a relevância que a educação tem na formação ideológica de cada cidadão. A partir da Constituição de 1988, torna-se dever do Estado a oferta da educação de jovens e adultos, independentemente da idade. Mas ainda nos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), há um recuo nessas normativas, impondo-se novos critérios, que fizeram ter uma baixa significativa na inclusão de novas matrículas. E temos a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) um olhar mais prioritário na educação de jovens e adultos, com iniciativas de programas que visavam à qualificação profissional e educacional em diversos âmbitos sociais.

A complexidade sobre a educação de jovens e adultos talvez esteja na sua própria estrutura. Para Arroyo (2007, p. 7), “a EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas”. Considero que a análise da história da EJA nos remete a ver que as situações concretas da vida dos sujeitos se transformam, e por isso também as proposições na modalidade devem se adequar. Para isso, uma das alternativas é a consecução de uma formação mais humana e emancipatória, na qual

³A Ditadura Civil-Militar foi instaurada no Brasil no ano de 1964, com o Golpe Militar contra o presidente João Goulart. Foram 21 anos de ditadura comandada por governos militares, tendo seu encerramento no ano 1985.

o contexto social e histórico não seja ignorado e, dessa forma, seja menos excludente, garantindo uma permanência conclusiva à educação básica.

No ano 2019, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostraram que a oferta da Educação de Jovens e Adultos, do nível fundamental, sofreu uma queda de 34% no país nos últimos dez anos. E, de acordo com os resultados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o ensino de Jovens e Adultos é a modalidade de ensino que recebe menos por estudante matriculado, e embora este cálculo seja por conta de um dispositivo legal, não por resultado, impacta na estrutura da educação dos jovens e adultos.

São informações que fazem muito sentido quando pensamos no atual descaso que a modalidade de ensino segue enfrentando. Os cortes de verbas, que servem para melhorias estruturais e de ensino, acabam afetando todos os sujeitos envolvidos na Educação de Jovens e Adultos, como uma maior expansão na flexibilidade de horários para as aulas, a segurança no entorno da escola e a falta de professores/as.

A negligência que é encontrada na EJA faz refletir sobre como serão os seus próximos anos, o que esperar de uma modalidade de ensino que vem sendo gradativamente sucateada. Foi perguntado aos participantes como eles compreendem os investimentos atuais na Educação de Jovens e Adultos nos próximos anos, e se acreditam num futuro promissor para a modalidade. As respostas foram unânimes em relação ao futuro da modalidade, e para o participante 1 “há uma precarização e fica a impressão de que ‘sucatear’ é um projeto”.

Para o participante 2, “a EJA recebe através da rede pública municipal de Lajeado, subsídios materiais e docentes para a modalidade, mas tem como ressalva o problema do transporte público, que não atende à demanda escolar, dificultando a permanência dos alunos”. O participante 3 enfatiza que “a EJA precisa urgente de investimentos e que não pode ser encarado ‘como bico’ o trabalho do docente”. O participante 4: “Não acredito que em curto prazo algo vai mudar para melhor”. E o participante 5 revela que suas “Perspectivas são ruins. O poder público aposta na extinção do curso”.

De acordo com os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD, 2019), no Brasil a taxa de analfabetismo, por pessoas de 15 anos ou mais, é de 6,6%, o que equivale a 11 milhões de pessoas. Esse percentual, embora tenha sofrido uma considerável queda desde a primeira medição, ainda configura com uma grande parte da população brasileira sem a escolaridade básica, o que impacta diretamente na situação social

do país. A falta de investimentos para a modalidade se torna um atraso generalizado, afetando não só a educação brasileira, como também a perspectiva do país com relação à economia.

Na sequência, irei abordar aspectos do perfil da EJA em comparação com os dados da pesquisa.

2.2 O PERFIL DA EJA NO BRASIL EM CONEXÕES COM O ESTUDO REALIZADO

Alguns aspectos caracterizam um perfil da EJA que é acompanhado em todas as regiões do país. São particularidades que se referem muito ao público escolar da modalidade, mas o que se percebe é que essas características podem ir sofrendo transformações com o tempo. Como o fato de uma juvenilização que está recorrente no ensino de jovens e adultos, um público adolescente que vem sendo notado com certa frequência nas salas de aula, jovens que estão com a idade um pouco acima da regular, mas que já fazem parte da modalidade EJA. Pode-se pensar sobre os aspectos que levam esses jovens a migrar tão cedo, para essa “[...] modalidade de ensino que, na sua gênese, destinava-se mais ao público adulto do que ao público jovem.” (BRUNEL, 2002, p. 2).

Na pesquisa realizada com os docentes, dois participantes, dos cinco que responderam ao questionário, afirmam ter em sala de aula a faixa etária dos 15 aos 25 anos de idade, o que reitera os estudos sobre a tendência da juvenilização dessa modalidade de ensino. Não foi colocado ao/à professor/a que respondesse por qual motivo essa faixa etária se encontra na modalidade, mas existem autores e pesquisas que buscam responder a essas indagações. Como é o caso da própria BRUNEL⁴, que no GT 18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultos, apresenta uma pesquisa sobre a questão de jovens e adolescentes estarem em um número expressivo nas turmas de EJA do município de Porto Alegre/RS. E pontos como repetência e problemas de indisciplina no espaço escolar são fatores que apareceram na pesquisa, como também a inserção no mercado de trabalho, por conta da situação financeira familiar.

De 2018 para 2019, aproximadamente 300 mil alunos dos anos finais do ensino fundamental e 200 mil do ensino médio migraram para a EJA. São alunos com históricos de retenção e que buscam meios para a conclusão dos ensinos fundamental e médio (dados INEP, 2021). A pesquisa realizada por mim revelou uma outra faixa etária, que avança em relação à

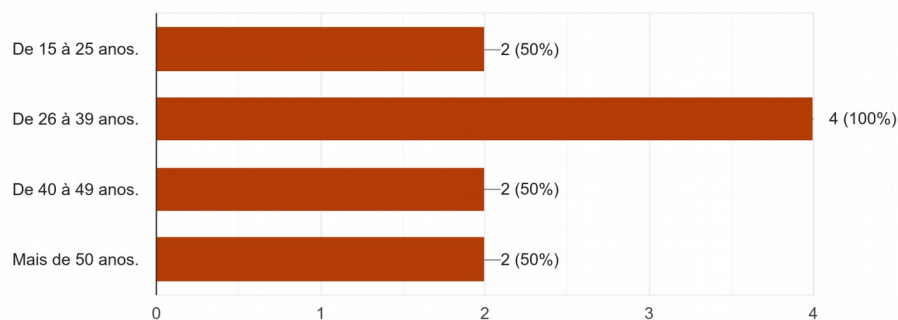
⁴ Carmem Teresinha Brunel do Nascimento é Doutora em Educação pela UFRGS, atua como professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS e como pesquisadora nas áreas de Juventude, Educação de Jovens e Adultos, Espaço Urbano, Cultura e Relações –Étnico-Raciais.

primeira comentada e que segue sendo uma faixa etária jovem. Que são alunos dos 26 aos 39 anos de idade e que, pelo do estudo, são considerados pelos colaboradores a maioria nas salas de aula da EJA. Como mostra no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico - Faixa Etária dos Discentes.

14. Qual a faixa etária dos seus alunos da EJA?

4 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Uma matéria publicada pelo jornal GZH (JUSTINO, 2019), de Porto Alegre/RS, aborda o assunto da EJA e seus sujeitos, professores/as e alunos, confirmando o fato da juvenilização na modalidade de ensino, com dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano 2018. No percentual de idade, é apontado que 48,5% dos estudantes da EJA, no ensino fundamental, tinham até 24 anos de idade, e 29% tinham 40 anos ou mais.

A EJA tem no seu perfil, em grande maioria, alunos decorrentes da classe trabalhadora da região em que vivem, pessoas que buscam na educação uma melhor qualidade de vida. Para muitos, é a oportunidade de conseguir um melhor emprego, adquirir mais conhecimento e buscar novos caminhos. Na citação de Almeida, ela nos faz refletir que o aluno da EJA, mesmo já atuando no mercado de trabalho, também procura por uma melhor formação social.

A educação de jovens e adultos é constituída por práticas e reflexões que não se restringem a escolarização, pois envolve processos formativos variados, em que se aglutinam iniciativas de qualificação profissional, desenvolvimento comunitário, formação política e cultural, em espaços escolares e não escolares. (ALMEIDA, 2016, p. 1).

Para a autora, não devemos simplificar a EJA apenas pela face de classe trabalhadora focada na mão de obra, pois isso deslegitima toda uma reflexão acerca da formação social e identitária dos jovens e adultos que frequentam a modalidade de ensino.

Na Revista Pensar e Educação (SILVA, 2021), encontra-se uma matéria do ano 2021 intitulada *EJA: Uma modalidade de ensino negra*, onde dados coletados pelo Censo Escolar, realizado em 2019, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostra que negros/as são a grande maioria nos dois níveis de ensino (fundamental e médio). Sendo no fundamental 75,8% dos estudantes e, no nível médio, 67,8%.

No questionário encaminhado aos participantes, houve uma questão sobre como é a abordagem das relações étnico-raciais no ensino de História, prevista na Lei nº 10.639/03 (11.645/08 atualização), e todos os docentes confirmaram que articulam aulas nesse contexto.

Um exemplo relatado pelo participante 2 mostra a importância de se discutir, em sala de aula, sobre o movimento negro no país.

Em uma aula sobre os modos de resistência à escravidão na América portuguesa, os alunos escutaram a música “Crime bárbaro”, de Rincón Sapiência. Nós escutamos duas vezes a música, junto com a letra impressa. Na terceira vez, um aluno negro diz em voz alta: “Ih, cupincha, isso é nós fugindo da Tática”. Na minha opinião, a reflexão histórica ajudou o aluno a se compreender como sujeito social com profundidade histórica. (PARTICIPANTE 2).

Ao mesmo tempo que este aluno se identifica como indivíduo do assunto abordado, também se faz importante debater sobre o racismo estrutural, atribuído com relação à raça/cor. O participante 4 destaca: “Não ensino a tolerar, pois acredito que o termo correto é respeito às diferenças [...] Destaco a necessidade de lutar contra qualquer tipo de discriminação”. Essa temática vem para reforçar que a história afro-brasileira deve ser estudada e compreendida por todos, promovendo debates e reflexões antirracistas.

Sobre a questão docente, na pesquisa todos os participantes foram homens, que se autodeclararam brancos, com idade acima dos 40 anos. Um percentual atípico, se pensarmos que no Brasil existem mais professoras do que professores (dados do Censo Escolar, 2020).

Um dos cursos mais procurados por mulheres no Brasil é o curso de Pedagogia, onde existem turmas formadas em sua grande maioria por mulheres. Porém, dados do semestre 2018/2, levantados pela UFRGS, mostram que, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o número de alunos matriculados nos quatro cursos do Instituto (Ciências Sociais,

Ciências Políticas, Filosofia e História) era de 1.894, sendo 855 mulheres e 1.039 homens, com porcentagem, respectivamente, de 45,14% e 54,86%. Esse fato corrobora o percentual apontado na minha pesquisa.

Se na EJA temos um alto índice de alunos negros/as, isso não se reflete nos/as professores/as que atuam na modalidade. No site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi publicado no ano 2017 um estudo sobre o perfil do/a professor/a de educação básica no Brasil, e foi constatado que pessoas brancas são a maioria da categoria, sendo homens brancos 8,7% e homens negros 8,1%, já as mulheres brancas são 47,2% e as mulheres negras, 35,9%. E quando comparado por região, a região sul tem 13,4% dos professores brancos nas regiões metropolitanas, sendo a maior proporção por domicílio.

Entre os participantes, 40% lecionam na EJA há mais de 20 anos, 20% lecionam de 11 a 19 anos e 40% lecionam há menos de 5 anos, mostrando um corpo docente experiente e que, por conta dessa estabilidade, pode passar até mais segurança ao aluno ao desenvolver atividades e projetos que atinjam um número maior de estudantes.

O número de alunos matriculados no ensino de Jovens e Adultos tem uma variação de acordo com o passar do ano letivo. E fatores já citados aqui, como transporte público precário, falta de flexibilização de horários, cansaço para assistir a uma aula depois de trabalhar o dia todo, são alguns exemplos de por que pode ocorrer a evasão escolar. Além de dificuldades no aprendizado e limitações ou deficiências que, por algum motivo, não foram e não têm acompanhamento adequado, o que acaba afastando aquele aluno da escola.

Como observado, todas essas questões apontadas no perfil da EJA são vivenciadas pelos participantes que responderam à pesquisa, ressaltando falhas e constatando problemas estruturais e de âmbito sociopolítico que precisam urgentemente serem reavaliados.

No capítulo seguinte, apresentarei os dados da minha pesquisa e os caminhos para a produção desta análise.

3 PRODUÇÕES DE DADOS E ESCOLHAS INVESTIGATIVAS

O processo de construção desta pesquisa foi elaborado a fim de construir um campo empírico e analítico sobre o Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos, com docentes que lecionam a disciplina de História em escolas de três cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Também pretende-se compreender, sob a ótica do/a professor/a, como é a configuração desse desenvolvimento em sala de aula e demais aspectos que possam cruzar

junto ao ensino da disciplina na modalidade EJA, no ensino fundamental, e o que acreditam ser necessário para uma melhor qualidade no aprendizado de jovens e adultos.

O questionário foi elaborado com vinte e cinco questões semiestruturadas, inicialmente com perguntas que propunham saber características sociais desses educadores e, ao longo, perguntas que visavam mais ao campo escolar, no ensino de História e na sua relação com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Para a identificação desses/as professores/as, foram denominados como: Participante 1, Participante 2, Participante 3, Participante 4 e Participante 5, respeitando o retorno do questionário encaminhado.

O Participante 1 é graduado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), uma instituição privada, lecionando na EJA pela rede pública de ensino e, atualmente, atendendo 60 alunos divididos em 4 turmas, na cidade de Porto Alegre.

O Participante 2 é graduado pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), uma instituição privada, lecionando na EJA pela rede pública de ensino e, atualmente, atendendo 45 alunos divididos em 3 turmas, na cidade de Lajeado.

O Participante 3 é graduado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), no curso de História, e pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no curso de Direito, ambas instituições privadas, lecionando na EJA pela rede pública de ensino e, atualmente, atendendo 60 alunos divididos em 2 turmas, na cidade de Cachoeirinha.

O Participante 4, graduado pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), uma instituição privada, leciona na EJA pela rede pública de ensino e, atualmente, atende 120 alunos divididos em 6 turmas, na cidade de Porto Alegre.

O Participante 5, graduado em uma universidade pública (não foi revelado qual universidade), leciona na EJA pela rede pública de ensino e, atualmente, atende 180 alunos divididos em 6 turmas, na cidade de Cachoeirinha.

Abaixo, segue a apresentação encaminhada ao docente participante e o documento planejado como instrumento de pesquisa/entrevista:

Pesquisa sobre o Ensino de História na EJA

Prezado/a Professor / Professora

Sou aluna do curso de História Licenciatura do IFCH / UFRGS.

Gostaria de solicitar sua colaboração com minha pesquisa de graduação – TCC - através do preenchimento em anexo. A pesquisa, orientada pela professora Carla Beatriz Meinerz, aborda como os docentes de História desenvolvem o ensino da disciplina na modalidade EJA, no

ensino fundamental, e quais são as suas perspectivas com relação à educação destes jovens e adultos.

Abaixo específico os cuidados e os compromissos desta pesquisa com os respondentes:

1. Os respondentes têm garantido o seu anonimato na pesquisa e na publicação. Em que pese se tratar de pesquisa realizada através de formulário, os dados de resposta não estarão vinculados, em hipótese alguma, à identidade pessoal de nenhum dos respondentes.
2. O questionário foi desenvolvido de modo a possibilitar o preenchimento das questões sem a identificação pessoal dos respondentes. Para isso, os dados de perfil se restringem à área de ensino, sexo/gênero e raça/cor. Ainda assim, caso julgue mais apropriado, o respondente pode pular os dados de perfil e/ou responder apenas às perguntas que considerar convenientes.
3. A pesquisa busca aprofundar sobre a atuação do docente de História na EJA, de modo a contribuir para o aprimoramento dessa formação, e com os estudos na área da educação do ensino de História. Desse modo, ressalto que na questão 21 podem acrescentar contribuições sobre o tema.

Por fim, reforço minha solicitação para contar com sua contribuição, retornando o questionário até o dia 09 de março de 2022.

Cordialmente,

Vanessa Silveira Fagundes Rodrigues

Graduanda em História Licenciatura – UFRGS

Formulário elaborado a fim de obter informações sobre o processo de ensino da disciplina de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que serão incluídas no TCC da aluna Vanessa Silveira Fagundes Rodrigues, do curso de História Licenciatura, sob a orientação da professora Carla Beatriz Menezes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tempo estimado para responder: 30 minutos.

1. Você concorda em participar da pesquisa, declarando sua ciência sobre a manutenção do anonimato em relação a ela?
2. Nome: Se preferir, pode colocar um nome fictício.
3. Qual a sua idade?
4. Qual sua raça/cor?
5. Qual o seu gênero?
6. A sua formação se deu em uma instituição pública ou privada? Qual o nome da instituição?
7. Qual a data da sua formação?
8. Há quanto tempo trabalha como professor na EJA?
9. Leciona na EJA pela rede?
10. Em qual cidade leciona?
11. Qual(is) série(s) você leciona na EJA?
12. No atual semestre, quantas turmas na EJA você tem?

13. No atual semestre, quantos alunos na EJA você tem? (aproximadamente)
14. Qual a faixa etária dos seus alunos da EJA?
15. Como você aborda a educação das relações étnico-raciais ao ensinar História?
16. Como você aborda a educação das relações de gênero ao ensinar História?
17. Como você aborda a educação de direitos humanos ao ensinar História?
18. Como você aborda a educação ambiental ao ensinar História?
19. Como é a sua relação socioafetiva com seus alunos e turmas da EJA?
20. Conte situações em que você compreende que a disciplina de História contribuiu para a formação humana dos alunos da EJA a partir das suas aulas?
21. Coloque projetos ou planos de História que você fez para ensinar na EJA. Você pode baixar arquivos com textos, projetos, planos, registros, fotos, plano de história no PPP da escola.
22. A instituição de ensino onde leciona oferece aos alunos da EJA projetos (sociais, jogos, estudos, estudos vocacionais, etc.)?
23. Como professor/a de História, quais suas expectativas no que tange à contribuição específica deste componente (História) na proposta pedagógica da sua escola para a modalidade (EJA)? A proposta pedagógica da sua escola atende às suas expectativas como professor/a de História?
24. Que práticas de ensinar História você realiza e considera diferenciadas para a Educação de Jovens e Adultos? Você sente diferenças (dificuldades ou facilidades) ao ensinar História na EJA?
25. Como você compreende os investimentos atuais na Educação de Jovens e Adultos nos próximos anos? Você acredita num futuro promissor para a modalidade?

Com essa produção de dados, busquei fazer uma reflexão no campo do ensino de História na Educação de Jovens e Adultos.

A disciplina de História tem no seu próprio conteúdo didático muitas possibilidades de problematizar fatos históricos não só oriundos do passado, mas transpor essas discussões para questões da realidade dos alunos, que, se tratando de um público jovem e adulto, trazem uma carga de experiências sociais, culturais e de conflitos no próprio dia a dia de suas vidas.

E todas essas intersecções fazem parte do contexto escolar de uma modalidade de ensino que vem calejada de tantas intempéries sofridas. Onde o/a professor/a, apesar de todos os desafios e contratemplos, segue ensinando, acolhendo, fortalecendo sonhos e reivindicando

o que lhe é de direito. Numa frase do poeta Sérgio Vaz⁵, encontro o que os/as professores/as da EJA e seus/suas estudantes enfrentam para que a modalidade continue firme: “Não confunda briga com luta, briga tem hora para acabar, uma luta é para sempre”. (Sérgio Vaz).

3.1 ESPECIFICIDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EJA

Defendi até agora que a EJA tem uma singularidade em sua história e em sua função social no contexto da educação brasileira. Agora me dedico a tratar da especificidade do ensino de História na perspectiva singular que é a EJA.

FONSECA e COUTO (2006, p. 89) propõem uma reflexão sobre dois pontos bem relevantes em relação ao ensino de História, em que “a primeira é pensar a História como disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora”. E o segundo ponto “é ter consciência de que o debate sobre o significado de ensinar História processa-se, sempre, no interior de lutas políticas e culturais”. As palavras de Fonseca e Couto mostram a potência que existe numa aula de História e evidenciam elementos que caracterizam essa interação em sala de aula. Quando ela fala da questão emancipadora e libertadora, não tem como não relacionar com a Educação de Jovens e Adultos e todas as demandas que caminham junto com esses alunos, que buscam, acima de tudo, a sua emancipação como cidadãos. A única maneira de conhecer seus direitos é aprender que eles existem, e no ensino de Jovens e Adultos os alunos precisam saber que são capazes e livres.

Lecionar a disciplina de História na EJA tem suas especificidades, no que tange ao perfil do aluno que está matriculado, e são aspectos que o professor/a precisa levar em consideração, até mesmo pelo fato de serem alunos com vivências particulares, com concepções e valores já formados, podendo ocorrer certa resistência para novas abordagens. Por isso a importância de se discutirem referências, com temas do cotidiano e que especifiquem questões raciais, sociais e culturais, para que possam produzir reflexões e indagações para esse estudante. Assim como a escuta do professor/a, que pode estabelecer uma ponte entre conteúdos mais sensíveis.

⁵ Sérgio Vaz é um poeta e produtor cultural brasileiro, que reside em Taboão da Serra/SP. É criador da Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa) e autor do Projeto Poesia Contra a Violência, que percorre as escolas da periferia incentivando a leitura e a criação poética como instrumento de arte e cidadania. Já recebeu os prêmios Unicef (2007) e Orilaxé (2010).

No meu estudo, quis observar o espaço e as singularidades do ensino de história na EJA e solicitei materiais didáticos aos participantes da pesquisa. Foi sugerido que enviassem projetos e planos de aula a partir do formulário da pesquisa. O participante 1, sendo o único a encaminhar, disponibilizou o seu Plano de Trabalho da disciplina de História na EJA. Quando realizada a leitura, é perceptível a preocupação do docente com a elaboração e as considerações com relação a particularidades e à faixa etária dos discentes. Todo início do ano letivo o professor realiza o que ele chama de “estado da aprendizagem de cada aluno/a” (PARTICIPANTE 1), para diagnosticar a continuidade do aprendizado adquirido, e essa averiguação se dá por atividades em sala, como provas, trabalhos e também tarefas para serem realizadas em casa. E o foco dessa sondagem é compreender o processo de conhecimento do aluno dentro da etapa educacional, contribuindo também para a sua permanência escolar. Para uma turma de T6, que seria a última etapa do ensino fundamental, o participante destaca em **Habilidades** a importância da escrita entre os alunos e a formação do questionamento, onde eles possam identificar problemas e sugerir soluções a partir do conhecimento das organizações da sociedade.

Para Bittencourt (2008, p. 192), “há a necessidade de domínio da natureza específica do conhecimento histórico, além do desafio de saber como introduzir e encaminhar as tarefas de aprendizagem para alunos de diferentes idades e condições culturais.”. Essa observação da autora vem consolidar a relevância do aprendizado dos conceitos históricos para a formação social do aluno, além de ressaltar que os docentes possam ter que inserir diferentes abordagens didáticas, de acordo com o perfil da turma.

A seguir, tratarei da docência em História e a inserção de eixos temáticos.

3.2 EIXOS TEMÁTICOS E AÇÕES EDUCATIVAS E RELACIONAIS EXPERIMENTADAS NA DOCÊNCIA EM HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O ensino de história é inquirido a tratar de temas socialmente vivos, como as questões de raça, gênero e direitos humanos. E que nos desafiam a criar novas relações, inclusive no que concerne à relação de socialização entre professor/a e estudante. Vou tratar aqui sobre como essas intersecções apareceram na minha pesquisa.

Foi perguntado aos participantes sobre temas que são trabalhados em uma aula de História, sendo o primeiro: Como você aborda a educação das relações étnico-raciais ao ensinar História?

A Lei nº 10.639 (atualizada em 11.645/08) torna obrigatória a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar (MEC, 2003). Todos os participantes abordam essas questões em sala de aula, mas o que pode ser observado é que a cultura Afro-Brasileira é mais abordada em sala de aula do que a cultura Indígena, de acordo com os próprios relatos dos participantes. Participante 1: “Em objetos do conhecimento como escravidão, revoltas coloniais e industrialização, procuro fazer relações com a atual situação dos afrodescendentes e casos de discriminação e racismo”.

O participante 2: “Tenho o hábito de desenvolver diversas atividades que contemplam a história e a cultura afro-brasileira”, mas ressalta que, “No ano de 2021, ano em que iniciei na Educação de Jovens e Adultos, abordei as relações étnico-raciais utilizando textos, músicas, documentários e pesquisas em jornais disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional”.

O participante 4 destaca: “Apresento os conteúdos observando a importância dos diferentes povos na formação do Brasil”.

Uma matéria publicada na Revista Nova Escola, no mês de abril, traz destaque para o ensino da cultura Indígena em sala de aula, com falas de especialistas e educadores. Para o diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Cláudio Gomes da Victória⁶:

Houve um avanço por conta dessa obrigatoriedade de inserir o tema no currículo. É possível enxergar, inclusive nos livros didáticos, alguma coisa nesse sentido. Mas percebemos ainda um espaço muito tímido, geralmente apenas em projetos ou em datas específicas. (VICTÓRIA, 2022).

Essa constatação identifica que ainda existem questões que precisam ser mais discutidas e consideradas com relação ao ensino da cultura Indígena em sala de aula. Não se trata apenas de um tema escolar, mas de uma estratégia de combate ao racismo, articulando-se com informações e leituras que façam o aluno refletir e combater situações de racismo.

Outra pergunta sobre o Ensino de História aos participantes foi sobre como é abordada a educação das relações de gênero em sala de aula. Apenas um participante respondeu que não

⁶ Cláudio Gomes da Victória é Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2015), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2008). Líder do Grupo de Pesquisa Formação do Educador (a) no Contexto Amazônico do PPGE/FACED/UFAM.

trabalha esse tema com as turmas da EJA. O participante 2 relata: “Lembro de ter planejado apenas quatro aulas sobre relações de gênero. É claro que esta temática sempre aparece atravessada em outros contextos, porém eu deveria ter explorado mais vezes durante o ano letivo”. O participante 1 costuma trabalhar este tema: “Em objetos do conhecimento como industrialização e religião cristã e dos povos orientais procuro fazer relações com situações de machismo e de feminicídio”.

Dados do Observatório de Violência contra a Mulher da SSP/RS mostram que o feminicídio cresceu 20% no estado em 2021 e que Porto Alegre é a cidade que concentra o maior número de casos no Rio Grande do Sul.

O artigo *Gênero e ensino de história: reflexões sobre práticas de iniciação à docência no PIBID/História (UFRGS)*, produzido por estudantes do curso de História Licenciatura da UFRGS com a orientação da Prof.(a) Dr.(a) Natalia Pietra Mendez, do Departamento de História, PPGH e ProfHistória UFRGS, propõe uma boa discussão sobre o tema, trazendo a experiência vivida pelos estudantes em uma escola do ensino básico. A Lei número 1.859/15, que foi usada como base para a proposta pedagógica dos discentes envolvidos no artigo, vem sofrendo boicotes, como o projeto de lei nº 4.982/20, do deputado federal Léo Motta (PL), que criminaliza a educação de gênero nas escolas das redes municipal, estadual e federal. Esse projeto mostra o atual comportamento do governo federal em relação a temas sensíveis, agindo com preconceito e negacionismo. Essa proposta de lei, atualmente, está sendo analisada pelo plenário.

Por se tratar de um tema que acaba gerando discussões com relação à sua abordagem ou não em uma aula de História, não são todos os docentes que trabalham esse assunto no ambiente escolar, por questões pessoais ou até institucionais. Um exemplo vindo até mim sobre essa temática é de um estudante do ensino fundamental, da rede privada de ensino, que solicitou, por e-mail aos/às professores/as que fosse tratado pelo gênero masculino. Alguns professores atenderam ao pedido, mas, por intervenção da rede de ensino, foram aconselhados a não mais tratá-lo assim, por considerar a menor idade do aluno um agravante para o caso. Esse fato corrobora para se pensar que, mesmo o docente se disponibilizando a conversar sobre o tema em sala de aula, podem ocorrer interferências que vetam essa dinâmica.

Outro tema que costuma ser abordado em uma aula de História é sobre a Educação de Direitos Humanos. Questionado aos participantes sobre sua apresentação em uma aula com a EJA, todos os docentes disseram trabalhar sobre esse eixo temático, principalmente em questões específicas em que o conceito de direitos humanos se faz presente.

Como é o caso do participante 1, que aborda o assunto: “Em objetos do conhecimento como Revolução Francesa, Movimento Operário e criação da ONU, procuro fazer relações com as práticas ditatoriais de governos passados e atuais, bem como com a situação de violência policial”. Para Benevides, a educação de direitos humanos:

É a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Isso significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em prática. (BENEVIDES, 2007, p 1).

Questões de grande impacto na sociedade, tais como guerras, holocausto, ditaduras, movimentos populares, greves, acabam gerando situações de conflito, e grande parte da população sofre por não compreender seus direitos. As análises dessas questões podem ser o elo para se falar de complicadores atuais. Como é o caso levantado pelo participante 1 sobre a violência policial, que ocorre de uma maneira muito mais sequencial com a população negra do país.

Partindo dessa mesma linha, o participante 3 ressalta em sua resposta que: “Costumo trabalhar o tema de modo a associar a construção histórica desses direitos com o contexto dos educandos. Vale lembrar que a maioria deles vive na ‘periferia’, onde, muito comumente, os direitos humanos são violentamente desrespeitados”. Nessa fala, o participante 3 enfatiza a importância em se discutir sobre o tema, considerando o contexto social em que vivem os seus alunos e possibilitando uma real compreensão, que se relaciona com o cotidiano atual.

Outro assunto que se faz presente no ambiente escolar, e todos os participantes dialogam com as turmas da EJA, é a educação ambiental. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, institui que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo [...]” (BRASIL, [1999]).

Geralmente, a abordagem desse tema ocorre em formato paralelo a alguma disciplina ou componente escolar e, por se tratar de um conteúdo de muita relevância, acaba dialogando com diversas áreas do conhecimento. O participante 5, que também leciona as disciplinas de Geografia, Sociologia e Filosofia, relata que “naturalmente acabo fazendo com que conteúdos (objetos do conhecimento) ‘típicos’ de outros componentes acabem dialogando com a História”.

Para efetivar a História Ambiental é necessário fazer uma releitura historiográfica na sala de aula, essa prática requer do professor um olhar diferente para a educação, a interdisciplinaridade assume um papel decisivo, a história ambiental, como um campo novo dentro da História, necessita do diálogo com as demais disciplinas para compreender como o meio ambiente interfere na relação do homem com a natureza e da sua relação com a sociedade. (ROCHA; KLANOVICZ, 2012, p. 8).

O participante 1 ressalta que foi um tema bastante discutido em sala de aula e, ao pensar em diversas situações que vivenciamos dentro do nosso próprio território, a educação ambiental se torna de suma importância. Circunstâncias como a demarcação do Marco Temporal, as queimadas no Pantanal e o rompimento da barragem de Brumadinho são alguns exemplos das questões ambientais que causam impacto diretamente na História social de uma região.

Foram diversas aulas, onde exploramos o conceito de antropoceno, discutimos parte do *Ideias para adiar o fim do mundo*, do Aílton Krenak, assistimos reportagens sobre desastres ambientais e a relação intrínseca entre a natureza e a sociedade. Esta temática, quase sempre, é abordada quando vamos estudar a Revolução Industrial e a emergência do capitalismo industrial. (PARTICIPANTE 1).

Para o participante 2, ele dialoga com “objetos do conhecimento como industrialização, reformas urbanas (Rio de Janeiro, 1906), procuro fazer relações com atuais ocupações de área de risco, poluição de rios e desmatamento”. Os participantes 1 e 2 partem de um conteúdo didático da disciplina de História, neste caso a Revolução Industrial, para estabelecer uma comunicação entre estas duas temáticas.

Foi perguntado aos participantes sobre como eles, enquanto docentes, compreendem que a disciplina de História contribuiu para a formação humana dos alunos da EJA a partir das suas aulas. Alguns participantes expuseram situações marcantes que o ensino de História pode propiciar além de conteúdo, como empoderamento e emancipação social.

O participante 1 cita um exemplo do seu cotidiano escolar, que:

Ao abordar o objeto do conhecimento ‘Apartheid’, muitos estudantes durante as aulas relataram situações muito semelhantes, conseguimos algumas orientações e o retorno foi positivo, com informação os estudantes ficaram mais empoderados para enfrentar novas situações de abuso de autoridade e preconceito. (PARTICIPANTE 1).

Para o participante 4, ele enfatiza a importância do ensino de História para a “formação da cidadania”. E que a partir dos estudos de civilizações antigas se possam discutir valores e o processo de formação do sujeito. O participante 3 diz que reforça a convicção de que a “sua atuação como educador frutificou” ao encontrar ex-alunos, hoje como profissionais de diversas áreas, inclusive atuando em sindicatos e nos poderes públicos. Essas histórias compartilhadas de modo tão sensível mostram a potência que o ensino de História, em parceria com toda a ambiência escolar em dimensão educativa, pode proporcionar a todos os cidadãos brasileiros que têm acesso à rede de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos apresentados neste artigo, compreendo que o ensino de História, na Educação de Jovens e Adultos, pode estabelecer pontes para caminhos que vão além da sala de aula. Colocando em diálogo as áreas do conhecimento com os saberes culturais e identitários, proporcionando, assim, formas de aprendizagem que conversam entre si. A disciplina de História tem na sua atuação escolar componentes que cooperam para a formação social e intelectual do estudante, promovendo autonomia e reconhecimento de seus direitos.

A pesquisa qualitativa direcionada aos/as professores/as trouxe importantes reflexões sobre a prática docente, integralizando o ensino de História com eixos temáticos, suas relações socioafetivas com os discentes e suas perspectivas com relação ao futuro da modalidade.

Entende-se a relevância desta pesquisa, por se tratar de um estudo que evidencia uma modalidade de ensino que carrega no próprio corpo discente histórias de lutas sociais, as próprias singularidades que norteiam o ensino da EJA, como fatores da juvenilização, da exclusão social e do próprio aluno trabalhador, que encontra no ensino de História a possibilidade de estudar, compreender e questionar situações arbitrárias nos seus espaços de convivência social.

A trajetória da EJA é marcada por lutas e movimentos que se articulam, muitas vezes, através do corpo docente, que faz resistir a categoria de ensino diante de uma política de sucateamento que parece não ter fim no percurso da modalidade. Isto fica evidente no capítulo 2, onde se traça a sua história e todas as complexidades que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. E trazendo no capítulo 3, por meio da pesquisa que realizei, o que

seriam as especificidades da EJA e como isso se relaciona com o ensino de História, colaborando com o aprendizado do aluno.

Concluo ressaltando a importância de se realizarem mais estudos voltados para a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino de História, fomentando novas experiências e abrindo espaço para pensamentos e análises que permeiam o dia a dia do/a professor/a de História.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de. EJA: uma educação para o trabalho ou para a classe trabalhadora? **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 4, n. 8, p. 129-147, 2016.

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Angela Maria. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. *In*: EDUCERE: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2015. p. 1283-1299.

ANFLOR, Nadine Tagliari Farias. **Mapa dos feminicídios**: Rio Grande do Sul. [Porto Alegre]: Polícia Civil, 2020. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/upload/arquivos/202105/13123111-mapa-femicidios-2020-e-2021-final.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. *In*: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. 2 ed. Brasília, DF: Unesco: MEC, 2008. p. 221-230.

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 1, n. 0, p. 5-19, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em direitos humanos**: de que se trata? Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORBA, Andressa da Silva; SILVA, Bibiana Harrote Pereira da; TEDESCO, Caio de Souza. Gênero e ensino de história: reflexões sobre práticas de iniciação à docência no PIBID/História. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 15-35, jul./dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRUNEL, Carmen. Jovens no ensino supletivo: desnaturalizando o fracasso e reconstituindo trajetórias. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPED, 2002.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marina de. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 365-392, jul./dez. 2011.

FONSECA, Selva Guimarães; COUTO, Regina Célia de. Formação de professores/as e ensino de história: a perspectiva multicultural em debate. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 12, n. 22, p. 59-74, jan./jun. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAJE, Lara. Projeto criminaliza promoção de “ideologia de gênero” nas escolas. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/699563-projeto-criminaliza-promocao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

JUSTINO, Guilherme. As histórias de quem faz a educação de jovens e adultos no Rio Grande do Sul. **GZH**, Porto Alegre, 25 set. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/10/as-historias-de-quem-faz-a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-rio-grande-do-sul-ck26divfj09q801n3ezvcrepz.html>. Acesso em: 16 abr. de 2022.

KAEFER, Maria Teresinha. **Da intenção à ação**: avanços e retrocessos na educação de jovens e adultos na rede estadual do RS no período de 1999 à 2008. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NICODEMOS, Alessandra. Ensino de história na EJA: o legado da educação popular e os desafios docentes na formação do aluno jovem e adulto trabalhador. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: ANPUH, 2013.

ROCHA, Maristela Ferreira da; KLANOVICZ, Jó. História e educação ambiental: abordagens, problemas e perspectivas. *In*: PARANÁ. Secretaria de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**: 2012. Curitiba: Secretaria de Educação, 2012.

SILVA, Natalino Neves da. EJA: uma modalidade de ensino negra! **Pensar a Educação em Pauta**, Belo Horizonte, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/eja-uma-modalidade-de-ensino-negra/>. Acesso em: 19 abr. de 2022.